

## Assistência, proteção e direito à infância em Belém do Pará com a fundação do IPAI (1910-1912)

Laura Maria Silva Araújo Alves<sup>1</sup>  
Sônia Maria da Silva Araújo<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo, de cunho documental, tem como objetivo analisar a política de assistência, proteção e direito à infância no capital do Pará com a fundação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI), em 1912, pelo médico Ophir Pinto de Loyola. O IPAI foi uma instituição privada, de caráter filantrópico, que, nasceu sob a bandeira da República e, sobretudo dos valores positivistas, encontrou respaldo no ideário higienista. A história social da criança pobre em Belém do Pará resultou de uma política social, educacional, econômica e socialmente pautada no progresso e nos discursos de civilização e modernidade. Para esta nova sociedade era preciso transformar as crianças em cidadãos úteis para o desenvolvimento da nação. Ophir Pinto de Loyola construiu uma obra social que representou uma das principais iniciativas na rede de assistência e proteção à infância paraense no início do século XX. Enfim, ele foi um defensor da assistência médico-social-educacional às crianças pobres, desvalidas, órfãs, maltratadas e enjeitadas.

**Palavras Chave:** Assistência; Proteção; Infância; Higienismo.

**Abstract:** This paper on documentary source, aims to analyze the assistance policy, protection and right to childhood in Para capital by foundation Protection Institute and Childhood Assistance (IPAI) in 1912 by the doctor Ophir Pinto de Loyola. The IPAI was a kind private philanthropic institution that was born under the Republic flag and especially of positivist values, found support in ideas hygienist. The social history of poor children in Belem resulted from a social policy, educational, economic and social model in progress and speeches of civilization and modernity. Therefor new society had to turn the children into useful citizens to the development of nation. Ophir Pinto de Loyola constructed a social work which represented one of the main initiatives in the support and protection of Para childhood in the early twentieth century. Ultimately, he was a defender of health care social-educational assistance to poor children, helpless, orphaned, mistreated and foundling.

**Keywords:** Assistance; Protection; Childhood; Hygienism.

### Introdução

O presente artigo tem como objetivo analisar a política de assistência, proteção e direito à infância na capital do Pará com a fundação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI), modelo de assistência que resultou da conjunção de interesses e valores da medicina higienista – representada pela pediatria e pela puericultura – e de entidades filantrópicas. No século XX, a infância deveria ser assistida na capital do Pará em decorrência da política idealizada pela elite paraense que vislumbrava com a economia da borracha um lugar moderno e civilizado.

No século XX, os médicos preocupados com a alarmante mortalidade infantil e com os cuidados que se deveria ter com a criança, negligenciada até então, criaram instituições de assistência e proteção à criança pobre e desvalida por todo o Brasil. Em Belém do Pará, em 1912, o jovem médico maranhense Ophir Pinto de Loyola sensibilizado com a situação de abandono de muitas crianças pobres, sobretudo em

---

<sup>1</sup> Doutora em Psicologia da Educação pela PUC de São Paulo. É professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará. Pesquisadora da História da Infância na Amazônia.

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela USP. É professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará. Pesquisa atualmente o Pensamento Educacional Latino Americano.

decorrência do alto índice de mortalidade infantil no norte do país fundou um estabelecimento de assistência à criança – o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Pará (IPAI). Similar ao IPAI do Rio de Janeiro (criado pelo médico pediatra Moncorvo Filho), o IPAI do Pará tinha o objetivo de atender crianças pobres e orientar mães nos princípios da puericultura, tão necessários à grandeza de uma raça, e tão garantidoras do futuro de uma nação forte e civilizada.

Com a fundação do Estatuto do IPAI do Pará, algumas mudanças foram implementadas no atendimento à infância pobre principalmente ao reconhecimento dos seus direitos a viver uma infância saudável. Sendo assim, questionamos: *Que direitos eram defendidos no estatuto do IPAI quanto à assistência e proteção à infância? Que preocupação sobre binômio mãe-filho foi materializado no estatuto do IPAI? Que direitos foram assegurados à criança no Pará com a criação do IPAI?*

O artigo está dividido em três partes. Na primeira parte situamos a mortalidade infantil na capital do Pará no início do século XX. Na segunda parte destacamos as políticas higienistas e a pediatria no Pará no atendimento à infância. E, por fim, na terceira parte abordamos as ações de assistência e proteção à infância, implantadas com a fundação do IPAI pelo médico pediatra Ophir Pinto de Loyola.

### **1. A mortalidade infantil no início do século xx em belém do pará**

No início de 1900, a mortalidade infantil era muito elevada e chegava a marcar um imaginário justificador que, comparando a criança morta aos anjos, procurava minimizar a repercussão de sua morte. Assim, para muitas mães a morte de crianças não era vivenciada com muito sofrimento, mas até como uma certa credencial divina devido à identificação da criança morta ao 'anjinho', puro e ainda intocado pelo pecado. Desde o período colonial, a criança brasileira era a vítima preferida das crises, das tensões sociais, das grandes epidemias. As diferenças sociais acentuavam as distinções entre ricos e pobres: os últimos, sem dúvida, mais vulneráveis e adoentados.

A preocupação dos pais em engordar e fazer com que os filhos ficassem resistentes às doenças resultava em uma dieta baseada em mingaus, papas e alimentos grosseiros, esses muitas vezes retirados da sua própria comida. Essa prática nutricional prejudicava o organismo frágil das crianças, cujo sistema digestivo não estava preparado para metabolizar esse tipo de alimentos. Para muitos médicos higienistas, em meados da segunda metade do século XIX, as causas mais frequentes de mortalidade da criança ainda na primeira infância deviam-se também pelas comidas fortes, insuficientes e impróprias. Além disso, as crianças eram acometidas por doenças infecciosas pela falta de higiene nos cuidados das mães. Somente com o surgimento dos médicos higienistas que passou a ser divulgada a prescrição de uma alimentação mais leve, mas as crianças, em geral, mantinham uma alimentação que não se diferenciava muito dos adultos (MARY DEL PRIORE, 1999).

Os higienistas desta época preocupavam-se em explicar e combater a mortalidade infantil. O óbito atingia crianças de todas as raças, independentemente do sexo. A justificativa para a vulnerabilidade das crianças estava diretamente relacionada à pobreza.

Apesar das medidas de assistência à infância e de iniciativas profiláticas, a mortalidade infantil era uma situação preocupante para os governantes do Pará em 1910. As crianças eram as mais vulneráveis às epidemias que se alastravam por toda a cidade; como a febre amarela, peste bubônica e varíola (SILVA, 2009).

Da Catalogação dos Livros Perpétuos de Sepultamento de Menores no Cemitério de Santa Isabel, constatamos que várias moléstias causaram a mortalidade

das crianças nos anos de 1909 a 1911 na capital do Pará. Elas eram acometidas por várias doenças como, por exemplo, Gastroenterite, Infecção Intestinal, Entero Colite e Diarreia (ALVES, CHAGAS & VIANA 2015).

## **2. A política higienista e a pediatria no Pará**

O nascimento da pediatria como campo médico-profissional seria fortemente marcado por um ideal civilizacional, em que seriam produzidas representações a respeito do que é ser criança. Já nos finais do Século XIX no Brasil é possível visualizar a história da pediatria inserida no que se poderia chamar de uma história social da ciência e da infância. A história da pediatria no Brasil compreende a medicina como prática social, não desprovida de condicionantes políticos, sociais e ideológicos. As origens e desenvolvimento da pediatria surgiram principalmente a partir de questões voltadas para a infância, como a mortalidade infantil e a transformação social da representação de mulher e mãe, bem como do papel do profissional de saúde.

O surgimento da pediatria seria, dessa forma, o resultado de anseios socialmente difundidos na sociedade ocidental, especialmente nas sociedades urbanas, por explicar e responder aos “problemas” da infância em um contexto de crescente privatização da vida e de vivência da modernidade. Assim, a pediatria surgiu com a promessa de proteger e cuidar da criança. A história da pediatria brasileira adveio de um processo histórico de ruptura com os saberes tradicionais e de afirmação legítima da pediatria como ciência de iluminados em um país ignorante, pouco afeito ao rigor e às práticas de higiene e ao sanitarismo.

Arthur Moncorvo Filho criou modelos ideológicos e institucionais de assistência à infância, idealizados e promovidos no começo do século XX. Ele expressamente associava criança e assistência infantil à nação, defendendo o controle, por parte do governo federal, de todas as instituições destinadas a proteger a infância pobre. Acreditava que o poder público deveria assumir o papel reservado aos pais das crianças pobres, a fim de protegê-las da miséria e da delinquência prevalentes nas cidades brasileiras. Para Moncorvo Filho, as crianças possuíam um valor intrínseco, pois representavam a matéria-prima a partir da qual a futura força de trabalho poderia ser moldada. Por meio das instituições que organizou, esperava instaurar um modelo institucional de assistência à infância, a partir do qual o governo poderia criar um sistema nacional centralizado de proteção aos menores carentes. Ficou conhecido como o grande defensor das causas da infância e crítico das instituições asilares, condenadas de acordo com os preceitos científicos e sociais da higiene como foco de doenças e causadoras das altas taxas de mortalidade infantil (RIZZINI, 2008).

Em Belém, os médicos higienistas ditavam uma série de modelos comportamentais e regras a serem adotadas pelas mulheres. Havia nas teses médicas um discurso ideológico civilizatório que defendia a necessidade de criar sujeitos moralmente fortes para a nação em processo de formação que se queria muito no raiar da República. Nas primeiras décadas do século XX, o Pará vivenciou um período de grande riqueza econômica gerada pela exploração da borracha que possibilitou a clara aplicação de um projeto reformador na capital paraense, o qual teve seus reflexos sentidos no espaço da cidade através da crescente urbanização da cidade e a criação de uma periferia desassistida pelo poder público (SARGES, 2002).

A criança pobre era indubitavelmente a principal preocupação das autoridades visto que elas eram ameaçadoras para a ordem social e progresso republicano e principalmente dos símbolos da modernidade em Belém do Pará. O ato político de modernizar a cidade não refletia a realidade social, pois um quadro de mortalidade

revelava que tal política excluía a grande maioria da população que habitava as periferias em condições precárias de higienização pública (BEZERRA NETO, 1994).

No final do século XIX mais intensificado no início do século XX, em Belém, em decorrência do crescimento econômico e demográfico da cidade e dos problemas de ressignificação do espaço urbano, as autoridades oficiais procuravam regular hábitos, costumes e padrões culturais que visavam “limpar” a cidade através de discursos médico-sanitaristas de profilaxias, práticas de higienização e desodorização do espaço urbano. Entre as medidas tomadas pelas autoridades havia a preocupação com a população pobre, sobretudo com a criança que precisava ser preservada.

A história social da Amazônia comprovou a importante participação desses profissionais no processo de cuidado com a saúde belenense e, por conseguinte o desenvolvimento regional. Um aspecto muito importante para o combate à mortalidade infantil foi a fundação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Pará (IPAI) que atendeu um número significativo de crianças pobres e desvalidas em Belém nas primeiras décadas do século passado.

Um homem de ciência, à frente de seu tempo, imprimindo uma marca própria na sua atuação como médico pediatra, Ophir de Pinto Loyola foi um defensor da assistência médico-social à criança pobre. Iniciou uma intensa atuação em favor da higiene infantil e de uma “verdadeira” Puericultura. Ali consolidou cada vez mais sua política na assistência médico-social à infância e fez valer os seus princípios em relação ao desenvolvimento saudável da criança. Na atuação como diretor da Santa Casa de Misericórdia do Pará e professor da Cadeira de Pediatria Clínica da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará irradiava suas ideias, suas denúncias, seus projetos, sua influência no campo da proteção e assistência à infância pobre. Dotado de espírito renovador e progressista, destacou-se nos estudos das doenças das crianças, sobretudo as doenças tropicais que atingiram as crianças da região amazônica.

O IPAI era uma instituição filantrópica que foi reconhecida como de utilidade pública em 1912. Esta foi indubitavelmente a grande obra de Ophir de Pinto Loyola no Pará, pois ali consolidou cada vez mais sua política na assistência médico-social à infância e fez valer os seus princípios em relação ao desenvolvimento saudável da criança. Na atuação como diretor do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Pará irradiou suas ideias, suas denúncias, seus projetos, sua influência no campo da proteção à infância em Belém do Pará (ALVES, 2013).

Desde o início de sua carreira como médico, Ophir Loyola manifestou uma grande preocupação social com as crianças carentes. No seu entender as crianças viviam sem o menor preceito de higiene e com hábitos culturais que prejudicavam o seu desenvolvimento físico e mental. O médico defendia uma rede de assistência que se caracterizou pela preocupação com o binômio mãe-filho.

### **3. A fundação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância no Pará (IPAI)**

Em 06 de outubro de 1912, na capital do Pará, por iniciativa do jovem médico Ophir Pinto de Loyola dos Srs. Dr. Nogueira de Faria, Professores Raymundo Proença e Matheus do Carmo fundaram uma modesta instituição para auxiliar as crianças desvalidas prodigalizando-lhes, não só atendimento médico, como também, a orientação pedagógica às mães nos princípios de puericultura, tão necessários à grandeza de uma capital que estava passando por transformações (BORDALO, 2002).

Desde o início de sua carreira como médico clínico, Ophir de Pinto Loyola manifestou uma grande preocupação social com a criança carente no início de sua atuação como diretor e médico da Santa Casa de Misericórdia do Pará (MARTINS,

2006). Com espírito renovador e progressista, passou a orientar os seus estudos para as doenças das crianças, a Pediatria ainda em seus albores, fazendo dessa especialidade médica a base de sua clínica, no que foi um dos pioneiros. Ophir Loyola foi um médico importante para a Medicina no Pará não somente pela sua atuação em doenças infantis como também no combate à Febre Amarela, tanto que ele foi Diretor Geral de Saúde Pública e envolveu-se com a campanha de erradicação da febre amarela, comandada por Oswaldo Cruz, ao tempo do governador João Coelho.

Na atuação como diretor do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Pará e da Santa Casa de Misericórdia do Pará irradiava suas ideias, suas denúncias, seus projetos, sua influência no campo da proteção à infância na Amazônia paraense. Na foto 1 observamos a primeira Sede do IPAI do Pará que foi adquirida com ajuda de médicos engajados na luta pelas crianças pobres e pela elite local que com auxílios das Damas da assistência buscava ajuda entre os comerciantes e pequenos empresários para atender às necessidades do IPAI. No primeiro ano de sua fundação, já havia uma demanda de atendimento de crianças e mães, que recebiam desta entidade filantrópica cursos, palestras e orientações no pré-natal.



Foto 1: Primeira Sede do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Pará com o Dr. Ophir Loyola, fundador. Fonte: Revista Pará Médico, 1912 (Arquivo Público Artur Vianna)

Em poucos meses de instalação o IPAI, o dispensário já atendia um número expressivo de crianças nas diversas faixas etárias, demonstrando assim a relevância das ações realizadas. Nos quatro meses de funcionamento do IPAI, as crianças matriculadas no dispensário eram atendidas com consultas médicas domiciliares, além de medicamentos gratuitos que eram doados por ilustres profissionais da saúde.

As crianças matriculadas no dispensário também recebiam ajuda de grandes empresários do ramo farmacêutico que contribuíram para atender a demanda que se avolumava no primeiro ano de atuação do IPAI. No ano de 1932, o IPAI já se encontrava em uma residência situada no bairro do Reduto. Pela credibilidade que atingiu com suas ações no atendimento às crianças mais necessitadas, o IPAI tinha registrado um significativo número de crianças (FOTO 2).



Foto 2: Segunda Sede do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Pará. Fonte: Revista Pará Médico, 1932 (Arquivo Público Artur Vianna)

Como instituição filantrópica, o IPAI enfrentou muitos desafios para se manter por muitos anos no objetivo de atender à criança e mães pobres. Sem dúvida, a dedicação e compromisso do médico Ophir Pinto de Loyola foram fundamentais para que o IPAI crescesse como uma instituição que precisava da ajuda não somente do poder público, mas daqueles que com sua solidariedade pudesse ajudar à infância pobre. Ophir Pinto de Loyola destacava com orgulho a contribuição dos proprietários das farmácias “Cesar Santos”, “Central”, “Beirão” e “Belém”, que contribuíram a época com volumosos donativos.

O IPAI passou a ter a credibilidade dos proprietários como também das famílias ilustres da sociedade paraense que viam nesta instituição um estabelecimento que ajudava aos mais necessitados. Em pouco tempo da fundação do dispensário do IPAI, Ophir Loyola e sua equipe de médicos já haviam realizado um trabalho tão eficiente no atendimento à criança pobre que logo foram realizadas vacinações e atendimento dentário com a ajuda do Dr. Raimundo Cabral.

O Estatuto do IPAI foi redigido em 13 páginas distribuídas em 12 capítulos e 52 artigos e aprovado em sessão de Assembleia Geral de 24 de novembro de 1912. No primeiro capítulo, o Estatuto dispõe dos fins e organização do Instituto, distribuídos em três artigos que definem que o IPAI do Pará era filiado ao IPAI do Rio de Janeiro, o primeiro Instituto do Brasil, criado por Moncorvo Filho. O Instituto tinha um modelo filantrópico, destinado a amparar e proteger a infância necessitada da capital do Pará. A aliança entre medicina e filantropia traduzia-se em ações implementadas por médicos vinculados à filial paraense do IPAI, organização médico-filantrópica que objetivava amparar e proteger à infância pobre.

Quanto aos objetivos e fins da fundação do IPAI, constatamos no Art. 2º do Estatuto que, além da preocupação de amparar e proteger as crianças pobres, especialmente quanto à alimentação, ao vestuário, à habitação, à educação, à instrução, havia também a preocupação em cuidar das crianças que recebessem maus tratos e àquelas entregues à vagabundagem e à mendicância e aos filhos abandonados de pais de má conduta, mendigos ou condenados.

Como médico higienista e sanitarista, Ophir Pinto de Loyola defendia inspeções escolares no sentido de evitar proliferação de doenças e exigir que o ambiente físico da escola estivesse de acordo com as normas estabelecidas pela Liga Nacional de Higiene. Outro aspecto muito importante defendido pelos médicos do IPAI era uma verdadeira vigilância sobre o trabalho infantil, no sentido de evitar fadigas excessivas prejudiciais ao desenvolvimento das crianças. Essa preocupação era legítima visto que na capital do Pará havia um quadro significativo de acidentes e até mortandade de crianças durante atividades laborais. Pinheiro (2013), ao analisar os discursos produzidos pela imprensa paraense sobre a infância em jornais de 1900 a 1910, verificou notícias de acidentes fatais de crianças em serrarias, oficinas e lojas de artefatos metálicos. Como se vê, neste período os menores, sobretudo meninos, eram comeditos por acidentes em atividades que realizavam e que os colocavam em risco de vida. Era recorrente encontrar na capital do Pará crianças trabalhando em pequenos comércios nos quais ocupavam a tarefa de caixeiro em mercenárias, padarias, lojas de tecidos, entre outras atividades (PINHEIRO, 2013).

Diante dessa preocupação em proteger a infância pobre, os médicos higienistas defendiam a criação de asilos, creches e jardim de infância como direitos fundamentais das crianças paraenses. Com relação à mulher, o Estatuto do IPAI destacava a inspeção do trabalho da mulher na indústria evidentemente pela grande preocupação com as mães de família que eram responsáveis pelo desenvolvimento de seus filhos. Inspirado no princípio de Puericultura, o IPAI se preocupava com o binômio mãe-filho.

No estatuto do IPAI do Pará, verificamos as atividades educativas que deveriam ser desenvolvidas pela diretoria no atendimento às crianças. Dentre as diversas ações educacionais, estava a realização de palestras educativas sobre moral e cívica destinadas às crianças. Porém, a principal ação educativa do Instituto estava em promover a interdição das crianças cujos pais não atendessem a uma proteção e assistência, estes poderiam perder o pátrio poder. Enfim, o IPAI condenava a prática de costumes prejudiciais à saúde das crianças. Além disso, determinava a interdição pelo poder público a crianças cujos pais perderam o direito de cuidar de seus filhos e por aqueles que as colocavam em risco por meio de práticas condenáveis.

Um aspecto importante descrito no Estatuto do IPAI do Pará era o papel das damas de assistência no atendimento das crianças desvalidas. Às senhoras damas de assistência eram atribuídas várias tarefas que vão desde a organizar bazares, quermesses e espetáculos, no sentido de angariar donativos para a melhoria das ações da comissão até o atendimento às crianças cadastradas no Instituto. Além disso, as damas assumiam também a tarefa de prestar socorro às crianças, auxiliar as mães, zelar pelo tratamento médico das crianças, oferecendo bom atendimento, cuidado e conforto às crianças internadas no Instituto. A atuação das damas de assistência se entendia ainda em cuidar da confecção de vestes das crianças e de promover diversões que educassem as crianças.

Em 1933, o IPAI já tinha atingido o respeito da população e principalmente dos governantes. A terceira sede do IPAI já atendia um número significativo de crianças pobres (FOTO 3). Enfrentando dificuldades para se manter, a instituição precisava da ajuda do governo do estado para dar continuidade as suas atividades sociais. Após a saída do médico Ophir Pinto de Loyola, por sérios problemas de saúde em 1934, o IPAI enfrentava serias dificuldades e precisava urgentemente de uma sede própria para se manter. Após a morte prematura do Dr. Ophir Loyola, no Rio de Janeiro, onde foi tratar de câncer no fígado, o IPAI passou a ser denominado “Instituto Ophir Loyola”, em homenagem ao seu fundador. Em 1941, na gestão do Dr. Eugênio

Soares, foi inaugurado o prédio próprio do Instituto Ophir Loyola, na Avenida Magalhães Barata, em Belém.



Foto 3: Terceira Sede do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Pará rodeado de crianças e seus familiares. Fonte: Revista Pará Médico, 1933 (Arquivo Público Artur Vianna)

Durante os anos que ficou à frente do IPAI, Ophir Loyola lutou muito para que a instituição, que idealizou em 1912, pudesse ser assumida pelo poder público. Fez incansáveis reuniões com políticos e governo para que o IPAI tivesse uma sede própria. Infelizmente, o médico Ophir Loyola não pode presenciar tal desejo.

### **Considerações Finais**

Vinculado à História Social da Infância na Amazônia Paraense, o presente artigo teve como objetivo analisar o processo de fundação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Pará, em 1912, na cidade de Belém. Portanto, o artigo se insere em uma abordagem macro de análise das políticas educacionais e sociais destinadas à educação e ao cuidado da infância, objetivando a disseminação de informações sobre o atendimento às crianças nas primeiras décadas do século XX na cidade de Belém.

A preocupação com a maternidade e a infância no Brasil, e em especial, no Pará não é um fenômeno recente. Sabe-se que desde finais do século XIX, o discurso médico já abordava temas como a alimentação das crianças e a mortalidade infantil, chegando a discutir os hábitos culturais presentes na criação e na educação dos filhos. A fundação dos Institutos de Proteção e Assistência à Infância (IPAI) desvalida em todo o Brasil tinha como proposta atender às mães ignorantes e descuidadas com a alimentação e higiene das crianças. Para os médicos higienistas, um dos muitos erros cruciais nos cuidados da criança era a falta de preparo das famílias brasileiras na criação dos filhos.

Os anseios nacionalistas e pressupostos cientificistas que permeavam o saber médico, em finais do século XIX e início do século XX, gerou entre os médicos higienistas a crença de que eles deveriam interferir diretamente em questões de natureza privada da família – como era o caso da criação e educação dos filhos – o que



se justificava em nome de um bem maior, que era a preservação da saúde e da vida dos futuros brasileiros.

### **Fontes documentais**

Foto 1: Primeira Sede do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Pará com o Dr. Ophir Loyola, fundador. Fonte: Revista Pará Médico, 1912 (Arquivo Público Artur Vianna)

Foto 2: Segunda Sede do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Pará. Fonte: Revista Pará Médico, 1932 (Arquivo Público Artur Vianna).

Foto 3. Terceira do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Pará. Fonte: Revista Pará Médico, 1933 (Arquivo Público Artur Vianna).

Estatuto do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Pará. 1913. Arquivo de Obras raras da Biblioteca Artur Vianna.

PROVÍNCIA DO PARÁ. Relatório com que Excelentíssimo Sr. Dr. João Antonio Luiz Coelho. Mensagem de 07 de setembro de 1910.

Personalidades Históricas do Pará. Belém. Diário do Pará. 02 de setembro de 2010.

### **Referências**

ALVES, Laura Maria Silva Araújo. *Proteção e Assistência à Infância Desvalida no Pará (1912-1934)*. UFPA. Belém-Pará. 2012.

ALVES, Laura. M. S. Araújo; CHAGAS, Ainnê C. P. & VIANA, Carmeci dos Reis. A Morte de Anjinhos: análise da mortandade infantil no Pará nos Livros Perpétuos do Cemitério de Santa Isabel (1909-1914). *Anais do VIII Encontro Maranhense de História da Educação: os sujeitos silenciados na História da Educação*. 12 a 15 de maio de 2015. São Luis do Maranhão.

BEZERRA NETO, José Maia. *As luzes da civilização: instrução pública, institutos e asylos católicos no Pará (1870/1889)*. Monografia de Especialização em Teoria Antropológica. Universidade Federal do Pará, Belém, 1994.

BORDALO, Alípio Augusto (orgs.). *A Sociedade Médico-Cirúrgica e a Medicina no Pará*. Belém: Gráfica Sagrada Família, 2002.

\_\_\_\_\_. *A Misericórdia Paraense, Ontem e Hoje*. A Sociedade Médico-Cirúrgica e a Medicina no Pará: Belém, 2000.

MARTINS, Mário Ruben de Melo. *Instituto Ophir Loyola: Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Pará*. Belém-Pa: Universidade Federal do Pará, 2006.

MEIRA, Clóvis Olinto de Bastos. *Medicina de Outrora no Pará: Histórico*. 2. ed. Belém: Grafisa, 1989.

PINHEIRO, Welington da Costa. *A infância nas páginas de jornal: discursos (re) produzidos pela imprensa paraense na primeira década do século XX*. 2013. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal do Pará.

PRIORE, Mary Del. *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.

REVISTA PARÁ-MÉDICO. *Archivo da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará*. vol. III. nº 10, 1922.

REVISTA PARÁ-MÉDICO. *Archivo da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará*. vol. XXI nº 47, 1939.

RIZZINI, Irene. *O século perdido: raízes históricas das políticas para a infância no Brasil*. 2. ed.rev. São Paulo: Cortez, 2008.

RIZZINI, Irene & PILOTTI, Francisco (orgs.). A arte de governar crianças: a história das políticas sociais da legislação e da assistência à infância no Brasil. In: RIZZINI, Irene. *Crianças e menores – do Pátrio Poder ao Pátrio Dever: uma história da legislação para a infância no Brasil*. São Paulo: Editora Cortez, p. 97-149, 2009.

SARGES, M<sup>a</sup>. de Nazaré. *Belém: Riquezas produzindo a Belle-époque (1870-1912)*. Belém: Paka-Tatu. 2002.

SILVA, Jairo de Jesus Nascimento da. *Da Mereba-ayba à Variola: isolamento, vacina e intolerância popular em Belém do Pará, 1884-1904*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

VIANA, Artur. *A Santa Casa de Misericórdia Paraense – Notícia Histórica 1650-1902*. Belém, 1909.

Recebido para publicação em 04-09-15; aceito em 03-10-15